

Brasília, 27 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Sábado, 25 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Quando a patente vira instrumento de gestão do risco em P&D 3

Correio Braziliense

Sábado, 25 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patentes ganham protagonismo 5

O Globo Online

Sábado, 25 de abril de 2026 | Direitos Autorais

Ação contra Google no Cade é essencial para disciplinar IA 7

Consultor Jurídico

Sexta-feira, 24 de abril de 2026 | ABPI | Câmara de Mediação

Participação feminina nas câmaras de arbitragem é inferior a 30% 8

Quando a patente vira instrumento de gestão do risco em P&D;



Da prova de conceito ao ciclo de vida, uma lógica de camadas que preserva opcionalidade, reduz custo de capital e evita o efeito penhasco

À luz do movimento recente do Ministério da Saúde para estruturar o Programa Nacional de Inovação Radical em Saúde[1] - inclusive com consulta ao setor produtivo para identificar oportunidades de alto impacto para o Sistema Único de Saúde (SUS) - o debate sobre risco em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ganha contornos práticos: estímulos certos aceleram a inovação, mas não substituem uma boa gestão de portfólio. Em outras palavras, mesmo em um ambiente propício à inovação radical, é preciso evitar "colocar todos os ovos na mesma cesta". Nesse contexto, a arquitetura de portfólio e a estratégia de patentes deixam de ser temas separados: juntas, elas determinam quanto do risco inerente à ciência é convertido em valor econômico protegido.

Na P&D de produtos farmacêuticos, o maior risco não é errar, mas concentrar demais as apostas. A dependência excessiva de poucos ativos transforma qualquer revés clínico, regulatório ou jurídico em um evento de grande impacto econômico. O desafio central não é eliminar o fracasso, inerente à inovação, mas evitar que ele se torne estruturalmente fatal.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

A matemática da inovação farmacêutica é implacável. Para cada medicamento que chega ao mercado, milhares de candidatos ficam pelo caminho. O custo do insucesso não está apenas no tempo perdido, mas nos bilhões investidos para levar uma única molécula do laboratório à prateleira[2], sem garantia de retorno. O problema surge quando esse risco é mal distribuído ao longo do portfólio.

Dentro dessa lógica, a estratégia de patentes assume papel central. A **propriedade intelectual** funciona como instrumento de gestão do risco econômico ao criar camadas adicionais de proteção ao longo do ciclo de vida do produto. Patentes de processo, formulação, uso médico e posologia ajudam a preservar valor mesmo diante de atrasos, falhas parciais ou do término da exclusividade da molécula principal. Na prática, isso significa planejar camadas complementares - substância/biomolécula, processos escaláveis e controlados (CMC), formas de dosagem e liberação, polimorfos/sais/solvatos, combinações medicamento-dispositivo, posologia e, quando cabível, novos usos - de modo a espalhar o risco e estender barreiras de entrada ao longo do ciclo de vida.

Casos recentes ilustram essa dinâmica. Medicamentos como Ozempic® e Wegovy® impulsionaram significativamente o valor de seus desenvolvedores, enquanto Mounjaro® rapidamente se consolidou como ativo estratégico. Esses exemplos mostram como poucos produtos podem concentrar parcela relevante do valor de mercado de uma companhia e, ao mesmo tempo, expor sua vulnerabilidade diante de pressões regulatórias, concorrenciais e do fim da exclusividade patentária. Essa dinâmica se acentua à medida que a proteção patentária se aproxima do fim do termo, ou quando a robustez e a amplitude das reivindicações não sustentam barreiras efetivas à entrada.

Apesar disso, muitos portfólios de inovação ainda se apoiam em um número reduzido de apostas. Essa concentração cria o chamado efeito penhasco. Um único insucesso clínico em fase avançada, uma exigência regulatória inesperada ou uma decisão

adversa em patentes pode eliminar, em curto espaço de tempo, valor acumulado ao longo de anos. O modelo do blockbuster isolado revela, assim, seus limites em um ambiente científico e regulatório cada vez mais complexo.

Reduzir essa exposição exige uma mudança na arquitetura dos portfólios de P&D. A diversificação deixa de ser um diferencial e passa a ser uma condição mínima de sustentabilidade. Portfólios mais resilientes distribuem investimentos entre áreas terapêuticas, modalidades tecnológicas e níveis de risco, combinando projetos de maior potencial com inovações incrementais e reposicionamentos, menos sensíveis a eventos binários.

Equilibrar a "diluição de risco" com a realidade do caixa - especialmente em start-ups - exige foco e cadência. Em vez de multiplicar projetos ao mesmo tempo, a disciplina está em evoluir por ondas, priorizando duas a três teses independentes que compartilhem ativos de plataforma (competências, CMC - *Chemistry, Manufacturing and Controls*-insumos, e desenhos de estudo) e marcos objetivos de *stop/go* (prova de conceito preferencialmente clínica, liberdade de operação, rota regulatória e tese preliminar de reembolso). O financiamento deve ser estruturado em tranches atreladas à evidência gerada (milestones), combinando fontes dilutivas e não dilutivas (parcerias de co-desenvolvimento, licenciamento antecipado, contratos de pesquisa e editais), para reduzir custo de capital e preservar o fluxo de caixa (runway). Essa cadência protege contra eventos binários, mantém opcionalidade para realocar recursos do que não performa para o que traciona e permite diversificar com governança enxuta e foco de execução.

O fracasso em P&D é inevitável, mas insistir em projetos inviáveis é uma escolha. Ferramentas preditivas, análises de liberdade de operação e avaliações contínuas da robustez científica e patentária permitem decisões mais precoces e racionais de

alocação de capital, reduzindo perdas associadas a apostas concentradas. No plano de **propriedade intelectual**, isso se traduz em paisagens patentárias vivas (com *watching* contínuo), análises de liberdade de operação faseadas por marcos, gestão ativa de famílias de patentes e revisão de redações à luz do que os dados clínicos e CMC revelam - evitando lacunas que, mais adiante, encolhem o escopo de proteção.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Parcerias estratégicas e acordos de licenciamento reforçam esse modelo ao compartilhar riscos acelerar a captura de valor, inclusive por meio de licenças condicionadas a marcos e opções (co-desenvolvimento, *out-licensing* por território/indicação e *co-promotion*). O ponto central é que a patente deixa de ser apenas "defesa" e passa a atuar como ativo financeiro e contratual, que ancora *valuations*, reduz custo de capital e melhora termos de negociação.

Em um setor no qual a ciência necessariamente erra para aprender, o papel de qualquer consultor jurídico não é eliminar o risco, mas "domesticá-lo". Patentes bem desenhadas - integradas ao cronograma clínico e ao CMC - distribuem o risco, sustentam valor no longo prazo e abrem opções contratuais mesmo quando um projeto falha. Se o risco é inevitável, que ele ao menos trabalhe a seu favor. Vamos começar pelo diagnóstico de portfólio e lacunas de proteção - e, a partir dele, orquestrar as camadas de patente que blindam a inovação e destravam melhores negócios.

[1] Ministério da Saúde apoia consulta ao setor produtivo que identifica oportunidades de inovação radical no SUS

[2] R&D cost per drug up year over year: Deloitte

Patentes ganham protagonismo



A eficiência na **concessão de patentes** e seus impactos na inovação em saúde estarão no centro das discussões do Summit **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, que será realizado em 4 de maio. Promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma**, o evento reunirá autoridades, especialistas e representantes do setor para analisar o papel estratégico da **propriedade intelectual** no desenvolvimento de novas tecnologias, no acesso a medicamentos e na sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Entre os principais temas em pauta está o chamado backlog do acúmulo de pedidos de **patente** que aguardam análise no Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual**. A demora na avaliação desses processos é apontada como um dos obstáculos para a criação de um ambiente mais favorável à inovação no país. Para especialistas, a previsibilidade regulatória e o avanço no enfrentamento desse passivo são fundamentais para atrair investimentos e estimular o desenvolvimento científico.

De acordo com o advogado Gustavo de Freitas Moraes, especialista em **propriedade intelectual**, a construção de um ambiente mais estável depende de sinais claros de prioridade no combate ao backlog, além da manutenção de regras que incentivem a proteção de **patentes**. Ele avalia que a atual instabilidade regulatória, marcada por propostas fre-

quentes de mudanças, tem gerado insegurança para empresas e pesquisadores que pretendem investir no Brasil. "A principal ameaça que existe, hoje, é instabilidade regulatória, já que têm sido apresentadas propostas de mudança a cada semana, nenhuma delas favoráveis aos que decidem depositar **patentes** no Brasil. Recentemente, o **Inpi** (Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual**) voltou a insistir em restrições a **patentes** farmacêuticas, apesar de várias críticas à iniciativa", comenta o advogado ao Correio.

"A principal ameaça que existe, hoje, é instabilidade regulatória, já que têm sido apresentadas propostas de mudança a cada semana" Gustavo de Freitas Moraes, especialista em **propriedade intelectual**



Júlio Cesar Moreira, presidente do Inpi, fará a abertura do evento

Programação

A programação do summit também abordará questões relacionadas à soberania nacional, ao acesso à saúde e aos desafios para que o país alcance padrões observados em mercados internacionais. Outro ponto de destaque será o impacto da **falsificação** e da **pirataria** no setor, que afetam tanto a inovação quanto a segurança dos pacientes, além de comprometerem a competitividade da indústria farmacêutica.

A abertura e os painéis contarão com a participação de nomes relevantes do setor, como o presidente da **Interfarma**, Renato Porto, e o presidente do **INPI**, Júlio César Moreira. A proposta é ampliar o debate sobre os principais entraves que dificultam o

avanço científico e a ampliação do acesso à saúde, com foco em soluções que fortaleçam o ambiente de inovação no país.

Para especialistas, embora o sistema brasileiro de patentes esteja, em linhas gerais, alinhado às boas práticas internacionais, há sinais de alerta. "Chama a atenção a desaceleração dos esforços de combate ao backlog, número de pedidos acumulado, e as constantes sugestões de mudança que não sinalizam

positivamente para os depositantes no Brasil. Também surpreende a constante oposição do **INPI** às tentativas de implementar um PTA (sigla em inglês para Termo de Extensão de Patente), ainda mais diante dos sinais de possível volta do backlog", salienta Moraes.

Além disso, iniciativas que ampliam a possibilidade de licenças compulsórias tendem a desestimular novos depósitos de patentes, impactando diretamente o ritmo de inovação no setor de saúde.

Ação contra Google no Cade é essencial para disciplinar IA



Plataforma digital será processada por usar conteúdo de terceiros sem autorização para treinar modelos

Depois de várias reviravoltas num processo que tramita desde 2019 - quando a IA nem sequer estava disponível - , a decisão unânime reflete o amadurecimento das autoridades brasileiras sobre um tema crucial para a economia do século XXI. "O demonstra que está na linha de frente de uma preocupação que não se limita à mera questão econômica", afirma Marcelo Rech, presidente executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), uma das partes no processo original. "O tema de fundo é a sustentabilidade da informação de qualidade, do jornalismo que atende, sem substitutos, comunidades locais e a pluralidade de visões, fundamental em sociedades democráticas."

Plataforma: decide abrir processo para investigar por uso de notícias por ferramentas de IA; 'decisão histórica', diz ANJ A ação original apurava a denúncia de que o mecanismo de buscas varre o noticiário e recolhe o conteúdo de milhares de páginas na internet por meio de procedimentos conhecidos como "raspagem" (scraping). A publicação desse material sem identificação desvia leitores dos veículos de imprensa. Com menos acesso, os sites jornalísticos vendem menos anúncios. No processo, a ANJ atesta que houve queda de audiência em sites noticiosos devido à prática do - uma espécie de parasitismo, já que a própria plataforma vende anúncios e fatura à

custa do trabalho alheio.

Com o advento da IA, o problema se agravou, pois os conteúdos jornalísticos passaram a ser usados para treinar os modelos sem que seus autores tivessem sequer sido consultados, quanto mais remunerados. Trata-se de violação clara da legislação que protege **direitos autorais**. A rapina do conteúdo por sistemas de IA é tão flagrante que um dos conselheiros refletiu melhor e mudou seu voto, antes desfavorável à abertura do processo contra o .

Tecnologia: volta a punir a Meta por sua política para uso de IA no WhatsApp Business; entenda A ação no Brasil deverá seguir o mesmo caminho de congêneres que tramitam em mercados robustos, como União Europeia, Austrália ou Estados Unidos. A primeira onda de reclamações contra o desrespeito aos **direitos autorais** por sistemas de IA aconteceu em 2023, quando a , uma das maiores agências fotográficas do mundo, processou a Stability AI por "raspar" 12 milhões de imagens sem autorização. A disputa judicial continua e se desdobrou em processo semelhante no Reino Unido. Naquele ano, o jornal The New York Times foi aos tribunais americanos acusar Microsoft e Open AI, responsável pelo ChatGPT, de treinar modelos com os arquivos do jornal sem autorização. A Anthropic, exaltada recentemente por proibir o Pentágono de usar IA para vigilância ou armas autônomas, enfrenta processo similar. O juiz já avisou que poderá ser punida por manter livros pirateados. A indenização exigida alcança US\$ 1,5 bilhão.

No Brasil, o importante é o e outras instâncias jurídicas punirem e demais empresas que desrespeitam **direitos autorais**, estabelecendo regras que permitam a sustentabilidade dos negócios de produção de conteúdo, em especial o jornalismo profissional, vital para a saúde de qualquer democracia.

CADE Inteligência Artificial

Participação feminina nas câmaras de arbitragem é inferior a 30%



Pesquisa mostrou disparidade de gênero nas principais câmaras de arbitragem do país. Mulheres representam 28,8% do total de árbitros.

teto de vidro Participação de mulheres nas câmaras de arbitragem é inferior a 30%

As mulheres representam somente 28,8% do total de árbitros nas principais câmaras de arbitragem brasileiras. É o que mostra uma pesquisa feita pela **Câmara de Mediação** e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A participação masculina foi de 71,2%. Os dados são de 2023.

O estudo monitorou as seguintes câmaras de arbitragem: Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham); Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp-Fiesp; **Câmara de Mediação** e Arbitragem Empresarial (Camarb); Centro

Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA); Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (Cam-CCBC); Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comercio Internacional (CCI); e a própria Câmara da FGV.

Em todas elas o número de homens é majoritário. A pesquisa identificou um total de 1.621 árbitros, dos quais 466 eram mulheres.

A quantidade de procedimentos com tribunal arbitral exclusivamente feminino foi muito menor do que o total de procedimentos com atuação apenas masculina entre 2021 e 2023. Dos 462 tribunais analisados, 147 (32%) foram compostos exclusivamente por homens, enquanto 24 (5%) contaram somente com mulheres.

A atuação como árbitro único também foi bastante superior entre os homens. No período analisado, 74% dos árbitros únicos foram homens, contra 26% de mulheres.

Houve ainda o dobro de homens nomeados para atuar como coárbitros: 70% contra 30% em comparação com as mulheres.

A menor diferença entre participação masculina e feminina foi na presidência dos tribunais arbitrais. Mesmo assim, os homens continuam sendo maioria, com 54%, ante 46% de presidentes mulheres.

O objetivo do estudo foi compreender o panorama da diversidade de gênero nas câmaras brasileiras.

para ler a pesquisa

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Mediação	6
Direitos Autorais	5
Propriedade Intelectual	1,2